

A COMUNIDADE INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

Gerardo Mello Mourão¹

Esta Casa Real — o Real Gabinete Português de Leitura — comemora hoje 156 anos de idade e de fidelidade à história e aos destinos comuns de Portugal e do Brasil. Na fundação de uma família, 156 anos são mais do que três bodas de ouro. O Brasil mal saíra de sua infância nacional, estava ainda na adolescência de sua vida independente, com quinze anos de idade, quando este núcleo de generosa sabedoria portuguesa foi fundado, em 1837. Essas três bodas de ouro que celebramos hoje, são o signo e o augúrio das cinquenta bodas de ouro que festejaremos ainda nesta década, para marcar o coroamento da epopéia das navegações, com o descobrimento do Brasil em 1500.

Dizia Unamuno que *la península ibérica es imprudente*. E Camões parece reivindicar para os portugueses, no *Canto da Ilha dos Amores*, de *Os Lusíadas*, a glória maior dessa bendita imprudência, no fecho famoso de uma de suas oitavas de ouro:

*Que são grandes as coisas e excelentes
Que o mundo guarda aos homens imprudentes.*

Receio que a generosa imprudência do Dr. Gomes da Costa, convidando este lusíada do pé-da-serra da Ibiapaba, nos confins do Nordeste brasileiro, para orador desta solenidade, não esteja à altura daquelas

(1) Presidente da Academia Brasileira de Filosofia. Discurso proferido em 14 de maio de 1993 no Real Gabinete Português de Leitura.

fecundas imprudências antigas dos portugueses. As imprudências da audácia, que desafiou o Mar Tenebroso e dilatou a fé e o império nos continentes, nas ilhas e nas Antilhas de todos os quadrantes do planeta. Pois, os únicos méritos que acaso justificariam a minha presença nesta tribuna são apenas o fervoroso amor de minhas raízes portuguesas e o culto estudioso e permanente das glórias e das grandezas de Portugal. Esse culto, que tenho levado ininterruptamente às cátedras universitárias e à obra poética a que me dediquei, é a honra e o contraponto de minha presença aqui, entre os cimélios vetustos, as colunas manuelinas e a graça memorável deste lugar venerando. Curvo-me em respeito às sombras antigas das coisas e das pessoas que edificaram e preservaram esta Casa, de modo especial do Comendador Antônio de Souza Mota, ex-Presidente da instituição, hoje entronizado na Sala da Diretoria.

Perdoai-me, por não poder escamotear-me, neste momento de solenidade, a um sentimento pessoal, especialmente tocante, para o meu coração e meu espírito: — não posso deixar de lembrar e consignar que foi o Real Gabinete Português de Leitura a primeira biblioteca pública que frequentei. Saído do convento redentorista em que me educara durante quase oito anos, era aqui que eu vinha, nos anos de 1935 a 37, devorar os livros que não podia comprar, hospedado cinco ou seis horas por dia nas páginas dos clássicos da língua e da história de nossa pátria comum — a Língua portuguesa. Pois, como para Fernando Pessoa, minha pátria é a Língua portuguesa. Nesta evocação, lembra-me ainda o rosto do funcionário que me atendia na busca dos livros pedidos, um português trigueiro, velhusco, encanecido, de andar um pouco trôpego, talvez do Cabo Verde, cujo nome nunca soube, e que num fim de tarde de março de 1935, uma tarde de aguaceiro, emprestou cinco mil réis ao estudante desprevenido para pagar um táxi até à pensão do Catete, onde vivia. Como o poeta que homenageia na oitava imortal os marinheiros anônimos das viagens imprudentes dos navegadores, fica aqui também minha homenagem à presença e à saudade daquele bom, tranquilo, humilde e paciente distribuidor de livros, artífice também ele, da grandeza do Real Gabinete Português de Leitura.

Foi da imprudência daqueles atrevidos navegantes, os primeiros a se darem conta de que o mundo era pequeno, e que era preciso engrandecê-lo, — foi dessa sagrada imprudência que nasceram novas terras e novos mares. Tudo começou muito antes de Colombo, entre o crepúsculo dos trezentos e a madrugada dos quatrocentos, quando um rei poeta, El-Rei D. Dinis, teve a premonição de que Portugal era capaz de cometer a imprudência de querer alongar a Europa e meter-se pelos mares nunca dantes navegados. Com esta previsão, mandou plantar os pinhais de Leiria, de cujo tronco se havia de lavrar os paus, falquejados pela carpintaria das tercenas navais. Dali saíam os mastros das caravelas. Nos paus dos pinhais de Leiria começou Portugal a história do Brasil.

Uma história que se continua na expedição de Ceuta, primeira aventura lusitana fora da Europa, e que se prolonga nas viagens pela costa da África, só detidas pela superstição do fim do mundo, nas alturas do Cabo Não. Isto, até que o Infante D. Henrique, depois de ler tudo que havia sido escrito sobre Cosmografia e Navegação, resolve derrubar a lenda antiga, segundo a qual aquele Cabo Tormentoso seria o fim do mundo. Mas *nosso antecessores* — diz o Infante — *nunca se entremeteram de o passar.*

Entremeteu-se, então, a imprudência de Bartolomeu Dias, e os ventos oceânicos abafaram a voz prudente do Velho do Restelo. Abriu-se o caminho das Índias, estímulo para que a imprudência continuasse, até abrir-se em 1500, o caminho do Brasil.

Dois anos depois da volta de Vasco da Gama, D. Manuel, o Venturoso, que em seu reinado tivera a ventura de costear a África por seus dois lados, de fincar seus marcos na Índia e assenhorear-se do caminho e do comércio da Ásia, atira-se à venturosa imprudência de outra viagem temerária: — a descoberta de um novo caminho para as Índias, segundo constava, mas na realidade, o achamento real da América, a posse da América, que a grande epopéia de Colombo apenas balbuciara.

A própria solenidade de partida de Pedro Álvares Cabral não pode disfarçar a sabedoria certa dos navegadores, prontos já agora, não para plantar suas lanças em África, mas para firmá-las no chão americano do oriente meridional da América, no Brasil. O embarque de Cabral revestiu-se de toda pompa e circunstância. Vestida de luto, como era de praxe na época, a Corte manuelina estava reunida no eirado da Torre de Belém. O cerimonial foi grandioso. O rei assistiu à missa cantada na ermida votiva do Infante D. Henrique e, diante das caravelas pandas, entregou a Pedro Álvares o estandarte régio. A frota largou no dia 9 de março. No dia 27 de abril desembarcam oficialmente os portugueses em terra brasileira, avistada desde o dia 22.

Perdoai-me estas digressões sobre a aventura marítima de Portugal, conhecida de todos. Mas é preciso lembrá-la — parece — para que lavre sempre em nossa memória, a certidão de nascimento da terra brasileira. Para que todos tenhamos sempre presentes os dados dessa certidão e desse batistério, em que o Brasil figura como filho legítimo de Portugal; da cultura portuguesa; da bravura portuguesa, da generosa imprudência de seus reis, de seus barões assinalados, de seus marinheiros intimoratos; de seus rudes camponeses que plantaram os paus, chanfrados a enxó pela carpintaria naval, para o corpo dos barcos. Barcos tão imprudentes como os navegantes sem medo, que atravessaram todos os mares, para chegarem ao Brasil, à sombra do brasão de torres e besantes de D. Manuel e do estandarte do fidalgo beirão Pedro Álvares, descobridor destas terras.

É bom e salutar lembrar a grandeza e a legitimidade do nascimento do Brasil, e nenhum sítio melhor para fazê-lo, que esta Casa veneranda

da cultura portuguesa. É bom reavivar a história desta outra face de Portugal, que é o Brasil, especialmente num momento em que a insensatez de pessoas dopadas por ideologias esgotadas no resto do mundo, atrevem-se até a dizer que o Brasil não foi descoberto pelos portugueses. — *Não nos descobriram, nos invadiram — Não nos trouxeram cultura nenhuma. Destruíram a cultura de nossos índios e dos negros que construíram o país.* É o que proclama a insensatez desses desafetos da história e da verdade.

Quanto à blasfêmia contra a História, que é a invectiva de que este país não foi descoberto — mas invadido — pelos portugueses, vale a pena perguntar: — que país? O país dos tapuias, ou o país dos tupinambás? O país dos aimorés ou o país dos tabajaras e das centenas ou milhares de pequenas tribos que aqui se entredevoravam, no sentido literal da palavra? Não havia qualquer unidade nacional, nem mesmo de língua, no vasto território, metade da América meridional, e que só foi estruturado em Nação, em Estado, em Império e em República pelo gênio português, e por ele incorporado à civilização do Ocidente.

Assisti cerca de dois anos atrás, no auditório do Itamarati, a um congresso cultural dos países da América Latina e do Caribe, promovido pelo então Ministro da Cultura, José Aparecido, hoje embaixador em Lisboa. Em certo momento, a tribuna foi ocupada por um desses intelectuais hoje desocupados, depois da queda do muro de Berlim. O orador vociferava contra os colonizadores e coroou sua tamancária retórica com esta afirmação:

– Não houve descobrimento. Houve invasão. O Brasil não foi descoberto por Portugal.

Ao meu lado, um de nossos grandes escritores portugueses de nossos dias, interrompeu, polidamente, o furioso orador, para dizer-lhe:

– Está bem, está bem. Se o senhor não quer que tenhamos descoberto o país, então não o descobrimos. Mas se o senhor soubesse o trabalho terrível que tivemos para descobri-lo...

E essa história de dizer que destruíram nossa cultura nativa é outra patavina dos ideólogos desocupados. Que cultura? Com todo respeito pelos nossos queridos índios, a verdade histórica manda lembrar que eles viviam aqui na idade da pedra lascada, quando chegaram os civilizadores portugueses. Colonizadores, sim, mas civilizadores sobretudo. A moderna ciência histórica sabe disso: — o processo civilizatório de todos os países novos, como lembra Toynbee, passa pelo processo colonizador. Os gregos colonizaram o Lácio, como os romanos colonizaram as Gálias, a Germânia, as Espanhas, a Helvécia e assim por diante. Fundaram Paris e Lisboa, Londres e Berlim, as grandes cidades que nasceram no mundo antigo, que se consolidaram na Idade Média e florescem até nossos dias. Nenhum dos povos europeus deixa de reconhecer e honrar o povo imperial que, pela faina duríssima da colonização, soube levá-los à civilização.

Por outro lado, alguns antropólogos e historiadores pretendem sustentar que a contribuição dos índios e dos negros à cultura brasileira e à própria estruturação de nossa sociedade foi uma contribuição negativa. Não é certo. Eles contribuíram, africanos e aborígenes americanos, de modo excepcional, para que este país chegasse até aqui. Deram seu sangue e a força de seu trabalho para fundar a etnia pluri-racial de que nos orgulhamos e o projeto econômico em que nos empenhamos para fazer deste país imenso uma potência. Uma potência com um grande produto nacional bruto, mas também com uma grande taxa nacional de felicidade bruta, de felicidade per capita.

Os índios deram o que podiam dar. Se mais não deram, é que mais não podiam. Viviam, como disse, na idade da pedra lascada. Não conheciam a escrita, nem os metais, nem a roda. Não tinham cidades e só precariamente tinham aldeias, pois, na verdade, eram nômades, vivendo de uma ribeira para outra, enquanto o sítio lhes dava, pela caça, pela pesca ou pelas raízes, meios de sobrevivência. Esgotados ou diminuídos esses recursos, levantavam tenda e buscavam outro pouso.

Os negros africanos também nos deram apenas a contribuição que podiam dar. Vinham de tribos da Guiné, da Angola, de Moçambique ou do Senegal e da Costa do Marfim, onde os ingleses inventaram o tráfico mundial da escravatura. E aqui vale a pena deixar claro: — Só a ignorância pode atribuir a Portugal a invenção do infame comércio da carne humana. Gina Lombroso lembra que, em 1560, a Inglaterra já exercia o monopólio do comércio negro. E Cunningham afirma que nos seiscentos, no século 17, o grande século do comércio de escravos, os navios ingleses eram os negreiros por excelência. Enxameavam a receber a carga infame nas abas e enseadas da Costa da Guiné. Pela valorização do tráfico da carne dos pretos — diz Cunningham — a moeda inglesa passou a chamar-se *Guinéu* — numa evocação da Guiné, onde enriqueciam os piratas do mercado de seres humanos. O grande antropólogo brasileiro, Nina Rodrigues, lembra que o governo inglês recompensava os negreiros com títulos nobiliárquicos, como John Hawkins, que foi feito baronete, pelo impulso dado ao comércio de escravos. Pelo tratado de Utrecht, em 1713, a Inglaterra consegue o monopólio do comércio internacional de escravos por trinta anos. Depois, ao firmar a paz de Québec, em 1763, assegura o monopólio do tráfico de negros para toda a América do Sul. E, em 1799, Canning declara, sem pejo, ao Parlamento, com todas as letras, que a Grã-Bretanha exerce o tráfico como um monopólio seu.

Estas ligeiras observações parecem necessárias, quando se trata de fixar o papel da colonização portuguesa, sobre a qual se criou a lenda negra de responsável pela compra e venda de negros. Na América portuguesa, nunca se pensou sequer em fazer o que fizeram os ingleses na Virgínia, onde chegaram a organizar fazendas de reprodução de escravos, verdadeiros haras de negros. Dizia-se, então, nos setecentos, que a cidade de Liverpool era calçada com crânios de negros.

A mancha da escravidão, que contagiou todos os povos da Europa, não foi uma coisa de portugueses e brasileiros. Foi um pecado monstruoso da sociedade pré-industrial, no qual tivemos parte, desgraçadamente. Mas, para bem ou para mal de nosso pecado, vale a pena lembrar que a sociedade multirracial do povo brasileiro, soube fazer pacificamente a abolição da escravatura, enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, ela só se conquistou com uma guerra fratricida, que custou um milhão de vidas humanas.

Podemos ter herdado alguns pecados de Portugal. Que nação não os teve ao longo da história? Mas a própria constituição multirracial de nosso povo é uma herança maior que qualquer pecado. Até porque reflete, de certo modo, essa espécie de ternura compassiva da alma portuguesa e o humanismo cultural da gente lusiada, do homem e da família portuguesa. Nem foi por acaso, mas por sua vocação humanista e civilizadora que os portugueses fundaram o mais antigo Estado da Europa.

No amanhecer do século do descobrimento, o Padre Manuel da Nóbrega escrevia aos seus superiores da Companhia de Jesus, referindo-se ao Brasil: — *esta é uma empresa nossa*. O Brasil não seria apenas uma empresa da Companhia. Seria, como foi, uma empresa de Portugal. Mais do que isto: — a empresa de Portugal. Da alma, do coração, da audácia, do gênio dos portugueses, que aqui, mais que em qualquer outra parte do mundo, vieram plantar o fervor seminal de sua perenidade histórica. *Isto aqui é outro Portugal* — escrevia o Padre Fernão Cardim, quarenta anos depois do descobrimento. E hoje, mais do que há quinhentos anos, isto aqui continua a ser e será sempre outro Portugal. Pois, que outra cultura predomina entre nós, senão a portuguesa? Em que pese a presença de índios, de negros, de imigrantes de todas as latitudes, o Brasil continua a ser outro Portugal.

Portuguesa é a nossa Língua. Portuguesa é nossa paisagem religiosa. Portugueses são os nossos hábitos de vestir. Portuguesa é nossa arquitetura. Portuguesa é nossa culinária. Portuguesas são nossas instituições de Direito Público. Por isto mesmo, anda muito bem o governo brasileiro, ao propor por intermédio de nosso Embaixador em Lisboa, José Aparecido de Oliveira — um autêntico embaixador de nosso governo e de nossa nacionalidade — a criação de uma Comunidade Internacional da Língua Portuguesa. Uma *Commonwealth* lusófona. E aqui emprego de propósito a palavra inglesa, porque não queremos uma Comunidade apenas romântica e retórica. *Common* — quer dizer — comum a todos os seus membros — e *wealth* — significa riqueza, patrimônio, cabedal. Nossa riqueza comum, nosso cabedal, nosso patrimônio maior é nossa Língua, falada por mais de 200 milhões de pessoas.

Em nome dessa Língua diletta, a mesma que falou Camões, eu convoco esta Casa veneranda e todos os portugueses do Brasil ao apoio

do projeto do Embaixador José Aparecido de Oliveira. Com este projeto, que agora se vai realizar, e que foi um velho sonho daquele grande brasileiro lusiada que se chamou Gustavo Barroso, nossa presença se tornará maior no contexto mundial. Tão maior como foi Portugal no Congresso de Viena, em 1815, quando Metternich fez sentar-se o representante de Lisboa entre os três grandes do mundo de então, porque nossos países se chamavam Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil.

Com a efetivação da Comunidade Internacional da Língua Portuguesa, espero que meus filhos e meus netos possam dizer o que digo hoje, orgulhoso das melhores raízes do Ocidente, que brasileiro eu sou há 500 anos e português também sou há pelo menos dez séculos.